



Este bloco foi construído depois da quadra totalmente concluída e ocupou o lugar de um tanque de areia e da pista de acesso ao estacionamento

A 'projeção fantasma' da 412 Sul

Um belo dia, no princípio do ano passado, os moradores do Bloco E da SQS 412 se viram frente a um acontecimento inusitado: os preparativos para a construção de um prédio de apartamentos em plena via pública, até então pista de acesso ao estacionamento do prédio. Desapareceria também o tanque de areia, local de lazer das crianças dos blocos vizinhos.

A venda de "projeções-fantasmas", a exemplo do ocorrido na 412 Sul, poderá, de resto, transformar-se em rotina, já alertava na época um membro do Instituto dos Arquitetos do Brasil — Departamento de Brasília, referindo-se ao projeto de desafetação das áreas verdes de Brasília, agora em tramitação na Câmara Federal. Mas enquanto o IAB-DF (em mesa-redonda organizada pelo *Jornal de Brasília* e publicada na edição de 30/3/80) denunciava ações de organismos do GDF que estariam compactuando e intensificando a venda ilegal de determinadas áreas do DF, o secretário de Viação e Obras lembrava que "o governo Lamaison age no estrito cumprimento da lei".

A criação da nova projeção, justificara José Carlos Mello à época, resultou do decreto n.º 4358, de 24 de outubro de 1978, aprovado portanto durante a gestão do governador Elmo Serejo. "Se os moradores dizem que foram pegos de surpresa, o governo também o foi, mas só compete agora a ele cumprir a lei. Existe um proprietário que tem direitos sobre o terreno e a construção não fere nenhuma norma estabelecida, portanto o assunto é caso encerrado", dizia o secretário. Ele assegurava também que a possibilidade de construção de novos blocos em quadras já urbanizadas estava afastada, pois o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da SVO havia recebido orientações no sentido de não aprovar a criação de projeções onde já existissem os serviços de infraestrutura, tal como era fato na 412 Sul.

INTENÇÃO

A boa intenção manifestada pelo secretário José Carlos Mello não convencia, no entanto, alguns membros do IAB-DF. Um deles, o professor José Carlos Coutinho, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB, afirmava que "os acontecimentos que envolveram os moradores da SQS 412 não ocorreram de surpresa, embora o secretário de Viação e Obras tenha declarado que nada mais restava ao governo que fazer cumprir a lei. O governo do Distrito Federal — ressaltava — é uma instituição e como tal responsável pelas ações de todos os seus governadores, de modo que não se pode agora simplesmente lavar as mãos dizendo que isto foi problema criado no governo passado e, prometendo-se não repeti-lo daqui para a frente".

Para ele, o que estava acontecendo — e prometia repetir-se — era resultado da ação de alguns organismos do GDF, entre os quais a Terracap e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. "A Terracap — acusava — não é de hoje transformou-se numa empresa imobiliária monopolista e que age com todas as prerrogativas e privilégios pelo fato de ser governo também". Já com relação ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, frisava que embora o nome fosse pomposo, dando a impressão de ser este um organismo técnico devidamente capacitado, "ele não é senão uma reunião de pessoas em sua maioria sem qualificação profissional para opinar sobre os assuntos de arquitetura e urbanismo do Plano Piloto".

REPRESENTAÇÃO

Os acontecimentos que envolveram os moradores do Bloco E da SQS 412 Sul continuariam ocorrendo, no entender de José Carlos Coutinho, se a população não tomasse uma atitude como um todo. O protesto dos moradores, que chegaram a fazer passeatas e a estudar a possibilidade de uma ação

legal de embargo da obra, embora evidenciassem no seu entender um amadurecimento do sentimento de cidadania, só alcançariam resposta mais concreta se fosse respaldado numa representação política.

De igual pensamento compartilhava o morador do apartamento 203 do Bloco E, Albi Rezende, que creditava o "desvirtuamento que certamente resultará da construção do novo bloco à falta de representação política para o Distrito Federal — aqui os governadores fazem o que querem e não se respeita o plano original da cidade".

A questão habitacional em Brasília, lembrada por outro membro da IAB-DF, o arquiteto Paulo Zimbres, "não se prende ao fato que o Plano Piloto está saturado, pois a Asa Norte tem um número significativo de projeções residenciais não edificadas". A demanda não é exatamente de habitações, mas de áreas para estas, frisava.

"Acho também — argumentava ainda — que teria que haver mesmo alterações nas coisas que estão pensadas já há algum tempo, mas o que me preocupa é qual o processo de concepção, discussão e aprovação destas alterações, das quais o habitante de Brasília está marginalizado. Se as mudanças têm que vir era preciso que fossem mobilizadas as melhores cabeças de Brasília para efetuar-las, era preciso consultar a população sobre a oportunidade destas e aí sim efetuar-las. E preciso ter um pouco de coragem para aceitar o processo democrático, porque por pior que este seja será sempre melhor que a situação atual, em que a gente é sempre apanhado de surpresa por decisões de gabinete como esta da SQS 412, onde os moradores de repente viram máquinas destruindo seu passeio e só então ficaram sabendo que ali seria construído um prédio, bem em frente às suas janelas. Se os homens que decidiram isto dependessem do voto dos eleitores daquela quadra, provavelmente procederiam de outra forma".